

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 130/95

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FINANCIAR OS LOTES E UNIDADES HABITACIONAIS CONSTRUÍDAS COM RECURSOS DA COHAB - RS, OBJETO DE CONVENIO COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUVENTIL MAFALDA SANTOS, Prefeito Municipal de Sagrada Família - RS, FAÇO SABER, no uso das atribuições que me são conferidas pelo Artigo 27 Item I e III da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a financiar os lotes e as unidades habitacionais construídos com recursos próprios e recursos da COHAB - RS, conforme convenio com a Prefeitura Municipal de Sagrada Família - RS.

Artigo 2º - Os lotes e as unidades habitacionais serão cedidos sobre a forma de concessão de uso como direito resolúvel, cabendo ao executivo a formalização dos respectivos contratos.

INCISO I - A concessão de uso das unidades habitacionais e respectivos lotes, será realizada a favor dos seguintes beneficiados, que foram escolhidos dentro dos critérios e exigências determinadas pela COHAB - RS, por ocasião da assinatura do convenio de repasse dos recursos:

- GILMAR DA SILVA FLORENCIO;
- JOAO OLIMPIO V. CONTERNO;
- MARIA CLECI MAFALDA ARDENGHI;
- MIGUEL ARDENGHI BRIZOLA;
- ORIDES AUGUSTO DE SOUZA;
- UDO CLOVIS WERKHAUSEN.

INCISO II - Ocorrendo desistência ou algum dos casos enumerados nas letras C e D do Artigo 3º ou o inadimplemento previsto no Artigo 4º, concorrem pela ordem os lotes e unidades habitacionais, os seguintes inscritos, que

ficaram na suplencia dentro dos criterios e exigencias determinadas pela COHAB -RS, por ocasio da assinatura do convenio de repasse de recursos.

- VALMIR PEDRO PACI
- JARDELINO ALVES DE MORAES
- VILSON B. GRAMINHO
- ARMINDA B. BRIZOLA.

Artigo 3º - A concessao do direito real de uso de que trata esta lei, sera onerosa e obedecera as seguintes condicoes gerais e uniformes:

- A) Utilizacao do imovel exclusivamente para construçao de moradia do concessionario e sua familia, e sera avaliado na data da concessao;
- B) Os direitos decorrentes da concessao serao impenhoraveis e inalienaveis e nao poderao ser dado em garantia;
- C) Apurado o desvio de finalidade o executivo municipal rescindira o contrato de concessao, retornando o imóvel e suas beneficiarias para destina-lo a outro interessado sem que assista ao concessionario direito a qualquer indenizacao ou retencao.
- D) A locacao do imóvel ou sua cessao, transferencia a terceiros, sob qualquer titulo determinará a resolucao do contrato de concessao.

INCISO I - Os contratos de concessao de uso de direito real resoluvél, celebrado nos termos desta lei, serao formalizado através de termos lavrados em livros proprios com as clausulas e condicoes estipuladas neste artigo e subsequente, do termo serao extraídos translados para registro no oficio mobiliario entregando-se uma via ao concessionario.

INCISO II - As importancias pagas a titulo de ocupação serao consideradas amortizacoes, e ao atingirem o valor da avaliacao, ensejarao desde que cumprida as obrigacoes e condicoes do contrato, a outorga da escritura definitiva de propriedade ao concessionario, seu conjugue sobrevivente ou a seus herdeiros pela ordem legal de sucessao.

INCISO III - Nao ensejara a rescisao do contrato a mudanca de domicilio do concessionario para outro municipio, hipotese em que podera solicitar a comissao de selecao que juntamente com a administracao municipal transferira ao novo concessionario na ordem normal de classificacao, negociando entre-si, a credito das prestacoes pagas, e o valor das benfeitorias acrecidas, nas condicoes que estabelecerem.

INCISO IV - A morte ou interdicao do concessionario nao incejara a sua rescisao, transmitindo-se ao conjugue sobrevivente e aos herdeiros nos termos da lei, todos os

direitos e obrigações decorrentes do contrato de concessão de uso.

Artigo 4º - Os lotes e as respectivas unidades habitacionais, serão financiadas aos concessionários pelo prazo que o mesmo levar para atingir o valor da avaliação fixada pela comissão em R\$ 3.000,00 (três mil reais) com prestações de 10% (dez por cento) da renda do padrão de vencimento do beneficiado, ou em caso de autônomo ou outra fonte de renda, toma-se por base o equivalente a 10% (dez por cento) sobre 1.5 (um e meio) do menor padrão de vencimento dos servidores públicos municipais.

INCISO I - A base de cálculo para assinatura do contrato, será individual para cada beneficiado, tomando-se por base o mês em que entrar em vigor a presente lei, dividindo o valor total fixado pela comissão de R\$ 3.000,00 (três mil reais) pelo valor da primeira prestação para obter o nº exato de prestações a serem pagas, as quais constarão no Instrumento de Contrato de Concessão de Uso de Direito Resolúvel de cada beneficiado.

INCISO II - Na hipótese de acontecer de algum beneficiado que for servidor público for exonerado ou deixar seu emprego, seguirá pagando o mesmo valor do cargo que exercia.

INCISO III - A prestação mensal considera-se vencida no último dia do mês de referência, sobre a qual incidirá em caso de atraso multa de 5% (cinco por cento) do respectivo valor mais juros de mora conforme índices oficiais.

INCISO IV - O inadimplemento de 3 (três) prestações ensejara a rescisão do contrato de concessão de uso e retomada do imóvel nos termos da letra C do Artigo 3º desta lei.

Artigo 5º - Caso queira, o mutuário poderá liquidar as prestações no todo ou em parte, na ordem inversa, a contar da última, tantas quantas tiver capacidade financeira para saldar.


Artigo 6º - O poder executivo municipal regulamentará esta lei no que couber.

Artigo 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA, EM 26, DE MAIO DE 1995.


JUVENÍLIA RAFAELA SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se


JOSE ALDORI DE LIMA
Sec. Mun. da Administração